

# Um olhar *total* sobre o novo farmacêutico



Na tarde de 23 de novembro de 2005, o então Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, anunciou o nome daquela que viria a ser a primeira mulher a ocupar o cargo de Reitora na história da USP (Universidade de São Paulo), professora doutora Suely Vilela Sampaio. Além de quebrar o jejum feminino no posto máximo da Universidade, desde que esta fora criada, havia 70 anos, o anúncio feito por Alckmin tocou fundo no coração dos farmacêuticos brasileiros, que passariam a ter uma *colega* de reconhecidos conhecimentos científicos e humanísticos e, ainda, competência gestora dirigindo uma das 200 maiores universidades do mundo.

A Farmácia e a educação são as primeiras palavras que vêm à cabeça, quando se fala de Suely Vilela. Graduada farmacêutica-bioquímica, em 1975, na Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP), da USP, ela construiu, na Universidade de São Paulo, toda a

sua carreira acadêmica. Ali, fez o mestrado, em 1980; o doutorado, em 1985; o pós-doutorado, em 1990; e a livre-docência, em 1991.

Em 1996, tornou-se titular do Departamento de Análises Clínicas, Toxicológicas e Bromatológicas da FCFRP. A farmacêutica presidiu o Conselho de Pós-Graduação e a Comissão Central do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) da USP, além de ter assumido outras funções, antes de se tornar Reitora.

Além da USP, outros endereços beneficiaram-se dos seus conhecimentos. Vilela foi professora colaboradora da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e professora visitante na *Université de Nice* (França), na *Universidad de Chile*, na *Universidad da Costa Rica*, na *University of London* (Inglaterra), na *Università Degli Studi – Parma* (Itália), na *Universidad de La Habana* (Cuba), na *Rutgers University* (EUA), na *Universidad de Barcelona* (Espanha) e *Ohio University* (EUA).

A revista PHARMACI BRASILEIRA entrevistou a Reitora Suely Vilela. O núcleo da entrevista é o **ensino farmacêutico** brasileiro, após a instituição, em 2002, pelo Ministério da Educação (MEC), das Diretrizes Curriculares. Vilela cita que a força geradora das Diretrizes foi a necessidade de se reorientar a formação acadêmica dos farmacêuticos que, até então, era mais especializada, para atender às demandas do setor farmacêutico que se instalou, em décadas passadas. Era preciso, portanto, atender às demandas da saúde.

“O farmacêutico deverá estar inserido em equipes multiprofissionais, visando a pro-

porcionar melhor qualidade no atendimento das necessidades sociais, principalmente, nos serviços de saúde pública. O profissional fortalece o seu papel, contribuindo com sua parcela de conhecimento para o sucesso das interferências na relação saúde-doença”, explica a Reitora da Universidade de São Paulo.

Suely Vilela deita, ainda, um olhar otimista sobre o novo farmacêutico e a relação que ele vem construindo com o paciente. O novo profissional, dotado de múltiplas habilidades, é o que a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP) denominam de *farmacêutico de sete estrelas*. “Esse novo paradigma introduz, portanto, a responsabilidade do farmacêutico em otimizar os resultados obtidos com o paciente, e requer combinação de conhecimento, habilidade e atitude, características do profissional do Século XXI”, interpreta Vilela, uma farmacêutica que faz questão de manifestar, onde quer que esteja, o orgulho que sente pela profissão que abraçou.

Quando a Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo fez 110 anos, e a USP, 75 anos, no dia 12 de outubro de 2008, a Reitora aproveitou a solenidade comemorativa e prestar a seguinte declaração: “Minha satisfação é redobrada, pois me remete às origens da profissão que abracei e da qual eu muito me orgulho”, expôs.

**VEJA A ENTREVISTA COM A REITORA DA USP,  
FARMACÊUTICA SUELY VILELA.**



Suely Vilela, Reitora da USP

**PHARMACIA BRASILEIRA** – Reitora, que avaliação a senhora faz do novo modelo de ensino farmacêutico instituído pelas Diretrizes Curriculares, seis anos após a implantação destas pelo Ministério da Educação? As Diretrizes estão cumprindo o seu objetivo, de formar um farmacêutico com múltiplas habilidades, dotado de conhecimentos humanísticos e consciente de suas responsabilidades sociais enquanto profissional da saúde?

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), instituídas, em fevereiro de 2002, pelo Ministério da Educação (MEC) foram planejadas, visando, principalmente, ao atendimento das demandas da saúde, em nosso País. O farmacêutico deverá estar inserido em equipes multiprofissionais, visando a proporcionar melhor qualidade no atendimento das necessidades sociais, principalmente, nos serviços de saúde pública. O profissional fortalece o seu papel, contribuindo com sua parcela de conhecimento para o sucesso das interferências na relação saúde-doença.

Para a consecução desse objetivo, foi necessário reorientar a formação acadêmica desse profissional que, até então, possuía formação mais especializada, em razão da necessidade do atendimento às demandas do setor farmacêutico que se instalou, em décadas passadas.

As Diretrizes Curriculares estabeleceram a união das antigas habilitações em Análises Clínicas, Farmácia Industrial e Alimentos em um único segmento, priorizando a formação de caráter generalista.

Distorções ocorreram, resultado da dificuldade das institui-

ções em adaptar seus currículos à nova concepção do ensino farmacêutico estabelecido pelas Diretrizes e, também, pela falta de definição de uma carga horária mínima para a conclusão da graduação.

Estes fatos, especialmente o último, permitiram o funcionamento de cursos de Farmácia com carga horária não raro significativamente inferior à necessária para a formação de um profissional com embasamento acadêmico suficiente para o exercício de sua atividade com competência e responsabilidade.

Considerando as mudanças que ainda estão em andamento, passados seis anos da implantação das Diretrizes, observa-se que permanecem dificuldades na adaptação dos projetos pedagógicos ao modelo de formação generalista. Esta situação, no entanto, tende a melhorar com a recente definição, pelo MEC, da carga horária mínima de 4.000 horas, a ser cumprida, em cinco anos, para a conclusão do curso de Farmácia.

Apesar de ser um grande avanço, considero que essa carga horária deve ser entendida, de fato, como o mínimo, uma vez que o âmbito de atuação do profissional farmacêutico é muito amplo e demanda maior tempo para formação mais consistente em todas as áreas.

Chamo a atenção, no entanto, para o fato de que, hoje, em todas as áreas, apenas a graduação não é mais suficiente para enfrentar o mercado de trabalho altamente competitivo. É preciso estimular a cultura do aprender permanente, em que a educação continua, após a formação profissional, em direção ao seu aprimoramento.

Por outro lado, para concluir, inequivocamente, a respeito dos

“As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram planejadas, visando, principalmente, ao atendimento das demandas da saúde, em nosso País”

SUELY VILELA  
Reitora da USP

efeitos das DCN na formação do farmacêutico, considero que o período de tempo, desde a implantação das mesmas, não é, ainda, suficiente para se identificar o seu impacto. Há necessidade de se avaliar a qualificação dos egressos e suas condições de sobreviver no mercado.

PHARMACIA BRASILEIRA – Que conteúdos, na área de ciências humanas, a USP inseriu no currículo do seu curso de Farmácia, para atender às Diretrizes?

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– A USP possui dois cursos de formação de farmacêuticos, um no *campus* de São Paulo e outro no *campus* de Ribeirão Preto. Ambos já estão adaptados às DCN e incluíram disciplinas voltadas para a formação humanística em seus projetos pedagógicos.

Embora haja algumas diferenças nos currículos dos dois cursos, eles oferecem disciplinas voltadas para conteúdos de Sociologia, Políticas de Saúde, Administração e Ética que, em seu conjunto, fornecem a base humanística para o bom desenvolvimento das relações em equipes multiprofissionais e na relação com o paciente.

PHARMACIA BRASILEIRA – O Conselho Federal de Farmácia realizou um estudo segundo o qual as Diretrizes ainda não foram entendidas completamente por várias unidades de ensino que, por esse motivo, ainda não oferecem, por exemplo, conteúdos em Análises Clínicas, Alimentos, Homeopatia, Farmácia Hospitalar, além de estágios. Que conseqüências esse descumprimento pode trazer às Diretrizes e ao ensino farmacêutico?

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– Considero que é grande a responsabilidade social de uma Instituição de Ensino Superior. Seus egressos, se bem formados, serão agentes de promoção de desenvolvimento social em todos os seus aspectos.

Referente à formação de farmacêuticos, sendo eles profissio-

nais da saúde, espera-se que sua formação acadêmica os alimente com subsídios para o exercício de sua função social de forma responsável, contribuindo para a promoção da saúde em todos os aspectos do seu âmbito de atuação.

O MEC instituiu as Diretrizes Curriculares, que reorientam a formação acadêmica dos cursos da área de saúde, em nosso País, e estas foram planejadas, de forma conseqüente, considerando a necessidade de formação de profissionais mais alinhados com as demandas sociais.

Assim sendo, considero que o não atendimento às Diretrizes Curriculares, além de configurar um descumprimento à determinação do MEC, pode resultar em formação de profissionais sem preparo suficiente para o exercício de sua função social, de forma segura.

PHARMACIA BRASILEIRA – O modelo de ensino tecnicista, criado, ainda em 1969, pela Resolução número 4, do Conselho Federal de Educação, está esgotado?

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– De fato, o modelo de ensino tecnicista não está esgotado. O exercício da profissão farmacêutica é muito direcionado à pesquisa e a procedimentos experimentais, tanto no que se refere à prestação de serviços de atenção à saúde, como à obtenção de produtos como fármacos, medicamentos, alimentos e correlatos. Em todos os casos, o desenvolvimento e aplicação de técnicas e procedimentos experimentais se constituem como a base da função farmacêutica. São atribuições do farmacêutico.

Nas Análises Clínicas e nas áreas de Alimentos e Medicamentos, considerando toda a sua

abrangência, observa-se grande dinamismo com relação à inovação de métodos e técnicas que resultam em maior eficácia e segurança no âmbito da prática farmacêutica. Diante disso, considere que o tecnicismo é necessário e está contemplado no novo perfil de formação.

**PHARMACIA BRASILEIRA –** Como a senhora vê a busca pelo homem deste início de século da filosofia, do conhecimento holístico de si próprio? O pensador alemão contemporâneo Karl Jaspers (1883-1969) defendia que as ciências por si só são insuficientes e precisam do exame crítico que só a filosofia pode propiciar. Essa busca terá reflexos na educação, inclusive na farmacêutica? As Diretrizes têm a ver com isso?

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– A Organização Mundial da Saúde e a Federação Internacional de Farmacêuticos (FIP) sintetizam o papel do farmacêutico em profissional de sete estrelas: o provedor de atenção, o comunicador, o tomador de decisões, o professor, o aprendiz permanente, o líder e o gestor. Pode-se acrescentar outra característica, que é a do pesquisador.

Esse novo paradigma introduz, portanto, a responsabilidade do farmacêutico em otimizar os resultados obtidos com o paciente, e requer combinação de conhecimento, habilidade e atitude, características do profissional do Século XXI.

Em 6 de maio de 2004, o Conselho Nacional de Saúde aprovou a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, como base para a formulação de políticas setoriais nos segmentos público e privado,

envolvendo medicamentos, ciência e tecnologia, além de desenvolvimento industrial e formação de recursos humanos.

A assistência farmacêutica é, então, definida como o conjunto de ações dirigidas à promoção, proteção e recuperação da saúde individual ou coletiva, tendo como eixo o medicamento, que envolve dois aspectos: o acesso, incluindo a informação, e o uso racional.

Com vistas a esse objetivo, podem-se distinguir dois conjuntos de atividades. De um lado, contribuindo para o exercício da assistência farmacêutica, estão envolvidos a pesquisa, o desenvolvimento e a produção de medicamentos e, também, de insumos. Do outro, a seleção, a programação, a aquisição, a distribuição, a dispensação e a garantia de qualidade de produtos e serviços, bem como o acompanhamento e a avaliação de sua utilização.

Embora a essência seja o medicamento, a assistência farmacêutica abrange, também, as áreas de Alimentos, que analogamente é um insumo básico da saúde, e o campo das Análises Clínicas e Toxicológicas.

Neste particular, tem-se em vista a intersecção, não só com o medicamento, considerando-se o acompanhamento e a avaliação de sua utilização, previstas na definição de assistência farmacêutica, mas também com a doença, considerando-se o papel essencial que representa no seu diagnóstico.

Pelo exposto, observa-se que a relação com o paciente e os seus desdobramentos vem sendo privilegiada no âmbito farmacêutico. A sólida formação humanística e filosófica é, portanto, fundamental para o bom desen-

“A atenção farmacêutica, em toda a sua abrangência, se constitui, talvez, como a mais importante contribuição do farmacêutico para a sociedade”

SUELY VILELA  
Reitora da USP

volvimento dessa relação. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) contemplam, de forma apropriada, a inserção de disciplinas que estimulam a compreensão humanística, de formas crítica e reflexiva, na formação desse profissional. A consequência direta é a melhor relação do farmacêutico com o usuário de seus serviços, seja de forma individual ou coletiva.

**PHARMACIA BRASILEIRA – O SUS (Sistema Único de Saúde) experimenta um complexo processo de mudanças, com vistas a atender ao princípio da universalidade do acesso da população aos seus serviços e produtos (os medicamentos), tendo em vista as novas demandas sociais e o financiamento do próprio Sistema. Qual o papel do farmacêutico nesse novo contexto sanitário, Reitora?**

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– O princípio da universalidade implantado, no Sistema Único de Saúde, o SUS, também repercutiu na instituição das DCN, que assumiram o perfil generalista como orientação para os cursos da área da saúde.

Assim, o novo perfil de formação acadêmica está alinhado aos princípios que norteiam as ações do SUS. Neste contexto, o exercício da atenção farmacêutica nas diferentes instâncias do Sistema, integrado em equipes multiprofissionais, contribui, de forma significativa, para a qualidade da assistência ao paciente, envolvendo várias ações nas áreas de medicamentos, destacando-se o incentivo ao seu uso racional, de análises clínicas e de alimentos, que, em seu conjunto, compõem o âmbito de atuação do Farmacêutico no SUS.

**PHARMACIA BRASILEIRA – O Conselho Federal de Farmácia defende sistematicamente mudanças no modelo de farmácia comunitária (particular). O CFF alega que ele é mercantilista e deu às farmácias e drogarias o sentido de mercearias, e ao medicamento, o de mercadoria. O que acha do modelo de farmácia brasileiro? A senhora propõe alterações no mesmo? Quais?**

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– A Atenção farmacêutica, em toda a sua abrangência, se constitui, talvez, como a mais importante contribuição do farmacêutico para a sociedade. Esta função envolve, necessariamente, a aplicação de conhecimentos técnicos, científicos e humanísticos focados no eixo saúde-doença, que estão contemplados nas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Alguns países, como Alemanha e Espanha, não adotam o modelo mercantilista, mas o de concessão de direito de abertura de farmácia, com base na regionalização e tendo o farmacêutico como proprietário. Entendem, pois, a farmácia como estabelecimento de saúde.

Considero, dessa forma, que a adoção de um modelo que permita ao nosso País o maior controle da qualidade do serviço prestado, incluindo o favorecimento de implantação das políticas públicas voltadas para o setor, possa resultar em benefício para a sociedade.

**PHARMACIA BRASILEIRA – Ainda sobre o tempo de 4 mil horas, com aulas de 60 minutos, cada...**

**Reitora da USP, Suely Vilela**

– O curso de Farmácia é abran-

gente e complexo, e tem por característica o conhecimento e aplicação de vários ramos da ciência e da tecnologia, que colaboram para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados para a saúde.

Face ao avanço das áreas correlatas às ciências farmacêuticas, observa-se um aumento exponencial dos conhecimentos científico e tecnológico diretamente ligados à prática profissional, como a biologia molecular e a nanotecnologia, entre outras, que se colocam como conhecimentos indispensáveis à formação do farmacêutico atual. Esses novos conhecimentos, no entanto, devem se somar aos temas clássicos da área farmacêutica, resultando em necessidade de ampliação da carga horária para a formação profissional segura e consequente.

Diante desses fatos, considero que 4.000 horas, de 60 minutos, já aprovadas pelo MEC – Parecer CNE/CES 213/2008, publicado no DOU em 22/10 último –, correspondendo a 4.800 horas-aula de 50 minutos, como defende o Conselho Federal de Farmácia, são o mínimo necessário à formação abrangente e suficiente para o exercício responsável da profissão farmacêutica.

Esta foi a solicitação de diversas entidades farmacêuticas e de instituições de ensino públicas e privadas. Reitero, além disso, o fato de que a educação continuada deve ser significativamente estimulada, com vistas à constante atualização profissional. Esse é um dos requisitos essenciais da sociedade moderna, que assiste a transformações significativas nas relações de trabalho.